p/v£>
FOLHA DE S. PAULO Quorta-feirg, 4 de novembro de 1987 — POLITICA

'Moderados' fazem Ulysses adiar votação do plená

%f -•- - Lul»f Marques

Jânio de Freitas

Do enviado especial
e da Sucursal de Brasília

A imagem do político
A ideia que o político José Sarney
faz do político brasileiro é tão ruim,
definitivamente, que seria até insul-
tuoso supor que o presidente tinha
razão ao dizer, há pouco, estar sua
ação sobre a Constituinte baseada
"na experiência pessoal de mais de
vinte anos de vida parlamentar".
Venha ou não daí, a tática de Sarney
para tentar no plenário a derrubada
do parlamentarismo, aprovado na
Comissão de Sistematização, vai in-
sistir na impressão de que no mínimo
280 constituintes, ou a maioria do
plenário, são compráveis.
Executor principal desta tática,
que até aqui não obteve maior êxito
do que fazer do Planalto a sede
nacional do fisiologismo, Prisco Via-
na não assumiu o Ministério do
Desenvolvimento Urbano, Habitação
e* etc, mas assumiu a caixa do
ministério. De assuntos referentes à
sua pasta não há notícia de que tenha
'cuidado até agora. Desde que assu-
miu, porém, não houve um só dia em
que não mantivesse entendimentos
para atrair ou consolidar, em troca
de verbas e cargos, as posições de
parlamentares e governadores em
favor das pretensões de Sarney. Só
em sua breve passagem por Minas,
Prisco Viana lançou na praça mais
de Cz$ 500 milhões, em negócios
centralizados pelo governador New-
ton Cardoso. Sempre a "fundo perdi-
do" —a verba que vai mas não volta.
No caso, aliás, é certo que boa parte
não voltará nem só a forma do apoio
desejado pelo presidente.
Na reunião de quase três horas
entre Sarney e correligionários seus
no Dia de Finados, para definir os
meios de subverter a tendência
parlamentarista na Constituinte, fi-
cou também estabelecido que a
questão do sistema será sempre
tratada, por todos os sarneyzistas,
em conexão com as questões econó-
micas e sociais aprovadas pela Co-
missão de Sistematização (impedi-
mento às demissões imotivadas, qua-
tro meses de licença para gestantes,
44 horas de trabalho semanais e

outras). A ideia inspiradora foi a de
que o interesse nas questões sociais e
económicas levaria empresários e
imprensa, para derrubar as conces-
sões aprovadas, a comprometer-se
com a derrubada do parlamentaris-
mo.

Se o presidente estivesse convenci-
do de sua maioria no plenário, seus
ministros íntimos não estariam dedi-
cados à operação de compra e venda,
nem precisando envolver sistema de
governo e temas econômicos-sociais
para conquistar apoios influentes. E
se houvese presidente não haveria
operação de compra e venda.

Preços particulares
Moreira Franco, os empreiteiros
com os quais tem acordos e Márcio
Fortes, o presidente do BNDES que
associa o primeiro e os segundos, não
estão com sorte para a realização de
seus projetos. Há pouco mais de uma
semana, o Tribunal de Contas do
Estado do Rio proibiu a concorrência
de um trecho do metro carioca, por
eivada de irregularidades que permi-
tiam predeterminar os vencedores.
Agora sobvém outro tropeço ines-
perado.
A Empresa de Obras Públicas-E-
MOP, estatal encarregada de manter
atualizados e oficializar os preços a
vigorarem para o mercado de obras
públicas, não está querendo editar o
seu próximo "Catálogo de Preços". Ê
que estes preços, cumprindo parte do
acordo entre Moreira e seus emprei-
teiros, agora não seriam apenas
reajustados segundo os valores atu-
ais de cada material e da mão-de-o-
bra, mas substancialmente postos
acima da simples atualização. Depois
de longo trabalho, ficou pronta a
primeira lista destes novos preços,
que a EMOP, no entanto, recusa-se a
subscrever, por não ser proveniente
de levantamentos e cálculos dos seus
técnicos.

A lista chegou pronta à EMOP: foi
feita nas empreiteiras Andrade Gu-
tierrez e Mendes Jr.

CONSTITUINTE 87

wa
iteSJSd

A votação do
plenário do Con-
gresso constituin-
te —que deveria
se iniciar hoje, às
14h— será adiada
até pelo menos o
próximo dia 20,
quando a Comis-
são de Sistemati-

zação deverá ter concluído a votação
de todo o anteprojeto da futura
Constituição, encurtando o prazo
original, que previa o encerramento
de seus trabalhos apenas no dia 30. A
decisão, tomada ontem em reunião
do presidente do Congresso consti-
tuinte, Ulysses Guimarães, com lide-
ranças do PMDB, foi a fórmula
encontrada por eles para escapar da
perspectiva de um total impasse no
andamento dos trabalhos constituci-
onais. O impasse se desenhou a partir
da iniciativa de um grupo de parla-
mentares auto-intitulados "modera-
dos" de elaborar projeto de resolução
para alterar o regimento interno do
Congresso constituinte, de forma a
que fosse permitida a apresentação,
em plenário, de "emendas substituti-
vas, aditivas e supressivas" a todos
os dispositivos do substitutivo que
saísse da Sistematização (desde capí-
tulos inteiros até meros incisos). A
fase de apresentação de emendas,
pelo regimento em vigor, já está
encerrada.

O projeto de resolução demora 25
dias para ser apreciado, mas, en-
quanto estivesse tramitando, á deci-
são dos "moderados" era a de não
dar quórum para a votação de
qualquer matéria em plenário, o que
bloquearia os trabalhos até a defini-
ção.
Mais ainda: o projeto de resolução
prevê que as emendas serão relata-
das "oral e conclusivamente, em
plenário, pelo relator da Comissão de
Sistematização, sendo-lhe vedado
apresentar novas emendas". Além
disso, o projeto reclama preferência
para as emendas a serem apresenta-
das diretamente ao plenário e decla-
ra prejudicadas todas as demais
emendas conexas.

Até 18h30 de ontem, o projeto de
resolução já fora assinado por 209
constituintes, pelas contas de Ricar-
do Izar (PFL-SP), faltando, portanto,
71 assinaturas para atingir a maioria
absoluta (280 votos), que tornaria a
sua aprovação virtualmente inevitá-
vel. Ontem à noite, o grupo dos
"moderados" estava reunido para
afinar a sua estratégia e coletar mais
assinaturas de constituintes que es-
tão chegando a Brasília. Daso Coim-
bra (PMDB-RJ) calculava, à tarde,
que o número de assinaturas iria a
250 até a manhã de hoje.
Para facilitar a coleta de assinatu-
ras, os "moderados" desistiram de
duas coisas: primeiro, de apresentar
um substitutivo integral ao texto do
relator Bernardo Cabral e, segundo,
de incluir temas políticos na discus-
são de sua estratégia, como o sistema

Scalco, Jobim, Covas, Cardoso, Arinos, Ulysses e Cabral na reunião que decidiu o adiamento da votação do plenário
4. » '-•

STF nega imunidade e aceita denúncia contra deput
Da Sucursal de Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF)
negou imunidade ao constituinte
Brandão Monteiro, líder do PDT, e
aceitou denúncia de calúnia contra o
pedetista apresentada pelo funcioná-
rio público José Martins Maia. Se-
gundo o ministro Sydney Sanches, a
denúncia foi acolhida porque o episó-
dio se deu antes da eleição de
Monteiro.
A decisão do STF está sendo
interpretada em Brasília como um
precedente perigoso nas relações
entre o judiciário e o Congresso
constituinte. Parlamentares do
PMDB acham que a atitude pode ser
um sinal de que o STF poderia
decidir aprovar representação que

visasse "melar" o andamento dos
trabalhos.
A denúncia contra Brandão MOn-
teiro se origina da época em que ele
era secretário de Transportes do Rio
de Janeiro e acusou um grupo de
servidores do Proderj —Centro de
Processamento de Dados do Estado
do Rio de Janeiro —de promover
"um derrame de carteiras de habili-
tação falsas — até mesmo para
cegos", segundo o deputado.
O regimento do Congresso consti-
tuinte prevê que "os constituintes são
invioláveis pelas suas opiniões, pala-
vras e votos, no exercício de suas
funções em qualquer tempo ou lugar,
não podendo ser processados crimi-
nalmente nem presos sem licença da
Assembleia Nacional Constituinte,

salvo em caso de flagrante crime
inafiançável".
Segundo Sydney Sanches, "pela
Constituição em vigor, porém, a
Câmara dos Deputados pode ainda
determinar a sustação do processo e
nesse caso, o STF não pode se opor"
Brandão Monteiro, entretanto, disse
que abrirá mão de sua imunidade por
ter "a maior honra em sustentar

denúncia contra um órgão corrompi-
do onde multas contra grandes em-

presas simplesmente não são programadas", afirmou.
Segundo o deputado, "com sua
atitude, o STF rasgou o regimento da
Constituinte e se inscreve no rol dos

que estão pressionando o nosso trabalho por terem seus interesses contrariados". •
de governo, por exemplo. "Nosso
grupo tem muitos parlamentaristas",
reconhecem, separada mas coinci-
dentemente, Izar e Roberto Cardoso
Alves (PMDB-SP), dois dos coman-
dantes da iniciativa, na frente par-
lamentar.
Cardoso Alves admite, também,
que, se será fácil para o seu grupo
obter as 280 assinaturas no projeto de
resolução, não haverá a mesma
facilidade na hora em que os "mode-
rados" tentarem montar emendas de
qualquer natureza aos itens já apro-
vados pela Sistematização.
Essa hipótese abre a perspectiva
de um segundo impasse, além do que
representaria a obstrução dos traba-
lhos em plenário pelos "moderados":
se modificado o atual regimento, o
trabalho elaborado pela Comissão de
Sistematização tornar-se-ia virtual-
mente inútil e seria necessária uma
maioria de 280 votos, no plenário,
para aprovar qualquer coisa. E há

um certo consenso, no Congresso, de
que não vai haver essa maioria pelo
menos para os itens mais polémicos
da futura Carta, que poderia, sim-
plesmente, jamais ficar pronta.
Implicitamente, o líder do governo
na Câmara, Carlos SanfAnna, con-
corda com essa tese. Ao explicar o
projeto de resolução, ontem à tarde,
ele disse que o grupo preferiu esse
caminho para poder obter, só uma
vez, a maioria absoluta de 280 votos.
"Se fossemos optar pelo caminho de
votar destaque por destaque, nos
termos do atual regimento, precisa-
ríamos dessa maioria 'n' vezes", ou
seja, em cada votação. E com a
desvantagem de, em não reunindo a
maioria, passar o que já foi aprovado
pela Sistematização.
Mesmo precisando coletar uma
única vez as 280 assinaturas, o
trabalho dos "moderados" não é
fácil. Tanto é assim que eles decidi-
ram que só apresentarão o projeto de

resolução se e quando chegarem a
número mágico.
A iniciativa do grupo "moderado"
provocou óbvia irritação na cúpula

peemedebista e do Congresso constituinte, que se viu obrigada a fazer

uma reunião de emergência no final
da tarde, no gabinete de Ulysses.

Presentes os líderes no Senado (Fernando Henrique Cardoso) e riS* Con-

gresso constituinte (Mário Oívas),
senador Afonso Arinos (PFJU-RJ),
presidente da Sistematização;?; e o
deputados Nelson Jobim (PMDB-
RS), António Britto (PMDB-RS) e
Euclides Scalco (PMDB-PR), além
do jurista Miguel Reale Júnior,
assessor técnico de Ulysses.
"É o basismo de direita, é a
tentativa de fazer a Constituição por
decreto-lei", disse Miguel Reale Jú-
nior, retratando o espírito da reunião.
Foi nesse encontro que se decidiu
pelo adiamento da votação em plená-
rio.

Quércia e Newton apoiam grupo 'moderad

EugênioSávio - L C / A /

Severo Gomes autografa um exemplar do seu livro no auditório da Folha

I Severo lança novo livro e diz iduvidar de maioria 'moderada'
Da Redaçõo da Folha

I
Para o senador Severo Gomes
(PMDB-SP), 63 —que esteve ontem
5 em São Paulo para o lançamento do
seu livro ("Companhia Vale do Rio
Doce — Uma Investigação Trunca-
!da". Editora Paz e Terra. 84 pág.)—,
a tentativa do grupo suprapartidário
de "moderados" de alterar o regi-
. mento interno do Congresso consti-
f£ tilinte não terá sucesso. "Não tem
mperigo. Eles têm que ter maioria
«para isso", disse ele, acrescentando
•que "a maioria deles" se assemelha-
ri a à "maioria do Maluf" quando
candidato à Presidência da Repúbli-
>ca, em 1984. Ao lançamento do livro,
'realizado às 20h no auditório da
Folha, estiverem presentes, entre
outros, o deputado estadual Aluízio
Nunes Ferreira (PMDB); o vereador
Arnaldo Madeira, líder do PMDB na
• Câmara de São Paulo; Lawrence
Pih, diretor-superintende do Moinho
l Pacífico; e o artista plástico Aldemir
E Martins.

•

O senador também procurou mi-
nimizar a pressão do "lobby" empre-
sarial sobre os constituintes, visando
" a eliminação da estabilidade no

emprego e da jornada de 44 horas
semanais do projeto constitucional.
Severo foi relator da Comissão da
Ordem Económica da Constituinte,
acusada de ter pregado posições
"avançadas" para o país. Sobre a
decisão do presidente da Constituin-
te, deputado Ulysses Guimarães, de
adiar o início da votação em plenário
do substitutivo do relator Bernardo
Cabral, Severo não fez qualquer
declaração, alegando que não estava
"a par do assunto".
Prefaciado pelo cientista político
Paulo Sérgio Pinheiro, o livro do
senador é uma espécie de "diário" da
Comissão Parlamentar de Inquérito
constituída, em 1984, no Senado,
"para investigar o risco de perda do
controle acionário da Companhia
Vale do Rio Doce pela União". A
época, a estatal era presidida por
Eliezer Batista, que teria favorecido
grupos privados na venda de ações
da Vale. Debate com a participação
do próprio Severo; Paulo Sérgio
Pinheiro; Wanderlino Teixeira de
Carvalho, presidente da Coordenado-
ria Nacional dos Geólogos; do jorna-
lista André Gustavo Stumpf e do
economista Paul Singer, encerrou o
lançamento.

Da Sucursal de Belo Horizonte

Os governadores Orestes Quércia
(São Paulo) e Newton Cardos (Minas
Gerais), manifestaram apoio à arti-
culação do grupo suprapartidário de
"moderados" para modificar o regi-
mento interno do Congresso consti-
tuinte. A posição foi comunicada
ontem, após um encontro de uma
hora e meia no Palácio da Liberdade,
em Belo Horizonte (MG). "Tem que
prevalecer a vontade da maioria",
afirmou Quércia, para quem o voto
pró-parlamentarista da Comissão de
Sistematização pode ser modificado
no plenário. Sobre a possibilidade de
apresentação pelos "moderados" de
um anteprojeto de Constituição,
Quércia disse que "o plenário tem o
direito e o dever de passar por cima
da comissão, se achar preciso":
Segundo Newton Cardoso, os dois
governadores vão "envidar esforços"
para mudar o regimento do Congres-
so constituinte, de modo a que "o
plenário seja ouvido". Essa altera-
ção, para ele, é perfeitamente legal.
Os dois governadores frisaram sua
preocupação com o que chamaram
de "prevalência da vontade da mino-
ria" no Congresso constituinte. "Não
podemos ficar apenas com o trabalho
da Comissão de Sistematização. Se

t governa^ e Orestes Quércia, após almoço em BH

houver uma maioria de parlamenta-
res que queira um outro caminho,
evidentemente essa maioria tem o
direito democrático de escolher esse
outro caminho", disse Quércia, ao
defender modificações no regime
interno do Congresso constituinte.

Em sua opinião, o que não pode
continuar ocorrendo é "uma comis-
são impor uma definição". "Quere-
mos é que o plenário decida",
acrescentou Newton.

Ambos os governadores afirmaram
que, embora partidários do presiden-

Empresários unificam seus 'lobbies'

Mudança de regimento é

"legítima", diz Frota

Da Sucursal de Brasília

Ao comentar ontem a iniciativa de
•um grupo de "moderados" do Con-
gresso constituinte de derrubar o
substitutivo de relator Bernardo Ca-
ibrai (PMDB-AM) através de uma
.«alteração do regimento interno, o
*porta-voz da Presidência da Repúbli-
•ca, Frota Neto, disse que "se há
«possibilidade de mudar o regimento,
| a maioria pode usar esse recurso".
• Segundo o porta-voz, o presidente
'José Sarney "participa do ponto de
'vista de que se deve lutar para
manter o sistema de governo atual,
S presidencialista, com um Congresso
gforte".
Ressalvando que não tinha "dele-
v gação" do presidente para falar
I sobre o assunto, Frota Neto disse que
"se o regimento permite que seja
I alterado, nada impede esse procedi-
* mento". "O importante é respeitar as
regras do jogo", acrescentou o por-
ta-voz, afirmando que Sarney vai
continuar trabalhando pela aprova-
ção do sistema presidencialista no

Congresso constituinte, junto com os
políticos afinados com o governo.
Frota Neto disse que não tinha
"elementos para desmentir" as notí-
cias de que Sarney faria novo
pronunciamento em rede nacional de
rádio e televisão para defender o
presidencialismo. Entretanto, afir-
mou que. "no momento atual, o
presidente não está pensando em
convocar qualquer rede de rádio para
uma declaração da parte dele".

Segundo o porta-voz, se não forem
considerados os parlamentares que
ainda não declaram sua intenção de
voto, os presidencialistas são maioria
no Congresso constituinte. Frota Neto
disse que o presidente trabalha com a
avaliação de os grandes partidos
constituem-se mais em "frentes" que
em blocos "modalíticos". Por isso,
segundo ele, Sarney busca seu apoio
numa "perspectiva suprapartidá-
ria". Ele afirmou, também, que um
dos entraves à tese presidencialista é
a ideia que passa à opinião pública
que é uma posição "sarneyzista".

Da Sucursal de Brasília

A aprovação da estabilidade no
emprego, pela Comissão de Sistema-
tização, foi o principal motivo para
que os empresários urbanos e rurais
decidissem criar a Frente Nacional
pela Livre Iniciativa (FNLI). Con-
gregando representantes da União
Democrática Ruralista (UDR), Con-
federação Nacional da Agricultura,
Confederação Nacional do Comércio
e Confederação Nacional da Indús-
tria, a FNLI surge para reagir ao que
considera "avanços da esquerda" no
Congresso constituinte.

O primeiro encontro de lideranças,
coordenado pelo presidente da UDR,;
Ronaldo Caiado, ocorreu no último
dia 23, em Londrina (PR). Na
ocasião, Caiado afirmava que os
empresários não poderiam ficar
aguardando decisões de "um governo
incompetente". De lá até agora,
foram realizadas mais duas reuniões
com representantes dos banqueiros,
comerciantes, agricultores e indus-
triais, visando unir todas as assesso-
rias parlamentares das diversas en-
tidades e, em bloco, fortalecer o
"lobby" em defesa de interesses
comuns.

A FNLI realiza hoje um novo
encontro. Desta vez para decidir
sobre a promoção de concentrações
populares para contestar as teses já
aprovadas pelo Congresso constituin-

te —e que contrariam o pensamento
da livre iniciativa— e mostrar que
tem um potencial de votos para as
futuras eleições. A FNLI orienta seu
trabalho com base no tripé direito de
propriedade, economia de mercado e
democracia. A entidade quer influen-
ciar na definição do conceito de
empresa nacional, tributação, refor-
ma agrária, saúde, educação e co-
municação. Em resumo, a FNLI é
frontalmente contra a estatização.
Segundo Ronaldo Caiado, os "estati-
zantes" seriam os parlamentares
enquadrados como esquerda e os
defensores da livre iniciativa seriam
os "liberais" ou "progressistas".

A FNLI acredita que possua pelo
menos 295 parlamentares simpati-
zantes de suas propostas. Ontem, o
coordenador do departamento jurídi-
co da FNLI, Fernando Vergueiro,
disse que dos quase 1.500 destaques
apresentados para a fase de plenário
do Congresso constituinte, cerca de
trezentos —para os títulos I (Dos
Princípios Fundamentais) e II (Dos
Direitos e Liberdades Fundamen-
tais)— contemplam as pretensões
dos empresários. Ele qualificou o
fato como um grande avanço dos
empresários urbanos e rurais que,
em tão pouco tempo de união,
conseguiram garantir 25% dos desta-
ques para o plenário.

Moderados

O trabalho da FNLI não se limita a

coordenar as atividades das diversas
assessorias parlamentares. Seus in-
tegrantes entendem que a maior
parte dos parlamentares do Congres-
so constituinte são "moderados",
mas que esse grupo ainda não
representa a maioria de votos no
Congresso. Assim, o trabalho visa
também unir essa maioria de parla-
mentares "moderados".

Na fase de plenário, o grupo dos
"moderados" será orientado por
cerca de quarenta parlamentares, no
máximo, que se afinam com as ideias
da FNLI. A entidade não concorda
com a possibilidade de os parlamen-
tares apenas homologarem a decisão
adotada pelos 93 integrantes da
Comissão da Sistematização. Embo-
ra não aposte que o "Centro Demo-
crático" obtenha as 280 assinaturas
necessárias para alterar o regimento
interno, a FNLI acredita que se isto
ocorrer a perspectiva de sucesso
para suas causas fica mais próxima.

UBE

Todos os integrantes da FNLI
estarão amanhã reunidos para o
lançamento oficial da União Brasilei-
ra de Empresários (UBE), que trará
à Brasília, entre outros empresários,
o presidente da Fiesp (Federação das
Indústrias de São Paulo), Mário
Amato, o diretor-superintendente do
Grupo Votorantim, António Ermírio
de Morais, e o presidente da UDR,
Ronaldo Caiado.

cialismo —posição reiterada on-
tem—, vão acatar e respeitar a
vontade "do plenário", caso ele se
decida pelo parlamentarismo, a
exemplo da comissão. Na avaliação
de Quércia, no entanto, o presidencia-
lismo tem muito mais chances que o
parlamentarismo em votação no ple-
nário. "Eu acredito que o presidenci-
alismo vença", disse. Ele negou que
os governadores pretendam interfe-
rir na decisão do plenário sobne a
forma de governo, utilizando "Seu
poder de pressão e influência sobre
os parlamentares. "Seria muito:!pe-
queno", disse Quércia. Segundo New-
ton, o anunciado "esforço conjunto"
se dará no sentido de "convencer
nossos companheiros de partido,
mostrar-lhes que não será com aven-
turas que chegaremos no rumo cer-
to".

Quércia e Newton eram defensores
do mandato de cinco anos para o

presidente Sarney mas não abordaram a duração do atual governo.

Indagado se mantinha a preferência
pelos cinco anos, Quércia disse que a
duração do mandato de Sarney é
"irrelevante". "O importante é re-
solvermos logo esse assunto para
podermos tocar o bonde para a
frente", disse.

Projeto 'moderado'

beneficia políticos

e empresários
O projeto de resolução que o grupo
"moderado" preparou é o produto da
coincidência entre dois poderosos
lobbies, o do Palácio do Planalto e o
das principais entidades empresari-
ais do país. Os constituintes "mode-
rados" negam, sempre, que o Palácio
esteja por trás de tudo. Mas o projeto
de resolução foi submetido, anteá:de
mais nada, ao assessor parlamenta
do Gabinete Civil da Presidência,
Henrique Hargreaves. O objetlvo
central do Palácio é derrubar' o
sistema parlamentarista de governo,
aprovado na Sistematização. Já o
empresariado trabalha contra os
itens da parte econômico-social
aprovados pela Sistematização, es-
pecialmente a estabilidade no em-
prego e o pagamento em dobro das
horas extras.

Potencialmente, o lobby empresa-
rial é muito mais poderoso do que o
do Palácio, porque mais articulado:
há cerca de vinte dias, fundiram-se

as assessorias técnicas, parlamentares e jurídicas de todas as grandes

centrais empresariais, da Confedera-
ção Nacional da Indústria à União
Democrática Ruralista, passando pe-
la Fiesp e pela Federação" dos

Bancos. 0